

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO Nº. 905/2021 – L.C.

Interessado: Secretaria Municipal de Administração.

Referência: Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 002/2021.

Protocolo nº: 2021009854.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÕES E CONTRATOS – PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO - LEI FEDERAL Nº 8.666/93, ART. 38, INCISO IV C/C PAR. ÚNICO - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010/2015, ART. 3º, INCISO X.

1. RELATÓRIO

Adveio a esta Procuradoria Jurídica Municipal, a fim de se conferir análise e parecer, via do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, por sua chefia, o Processo Administrativo de nº 2021009854, que trata sobre licitação na modalidade Concorrência Pública, autuado sob nº 002/2021.

Referido procedimento desenvolveu-se a partir de demanda advinda da Secretaria Municipal de Administração cujo objeto é a *“Contratação de serviços com fornecimento de materiais para melhoria, efficientização e modernização da iluminação pública de ruas e avenidas do Município de Catalão, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Projeto Básico (Anexo I)”*.

Concluída a fase inicial do procedimento (fase interna), esta Procuradoria Jurídica, via de um de seus componentes habilitados, emitiu parecer consultivo acerca da conformidade da minuta do Edital e seus anexos, exarando considerações sobre referida fase, consoante se tem do Parecer Jurídico n.º 457/2021/L.C., dado 23 de abril de 2021.

No dia 27 de abril de 2021 o Instrumento Convocatório e seus anexos tornaram-se públicos para a finalidade do processo, junto ao mural físico da Prefeitura de

Catalão e em seu sítio eletrônico, no Diário Oficial da União- seção 3 – N.º 76, Diário Oficial do Estado de Goiás sob o n.º 23.538, no Jornal Diário do Estado (Jornal de grande circulação), bem como registrado no TCM/GO (recibo: 862abe86-ba83-4477-aa0c-5a7eebc019f1).

No dia 31 de maio de 2021, foi realizada sessão pública de abertura e julgamento de habilitação, oportunidade em que houve o comparecimento de 02 (duas) empresas interessadas, quais sejam: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ/MF 15.984.883/0001-99) e CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A (02.966.986/0001-84).

Em análise dos documentos componentes da fase da sessão pública e do que registrado na respectiva ata, infere-se que os atos foram praticados na seguinte ordem: abertura dos envelopes de habilitação.

Considerando a documentação de habilitação apresentada pelas proponentes o Presidente da CPL decidiu por habilitar as empresas: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ/MF 15.984.883/0001-99) e CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A (02.966.986/0001-84).

Em 03 de junho de 2021, a empresa licitante Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli (CNPJ nº 15.984.883/0001-99), apresentou Recurso Administrativo, via e-mail, sob o argumento de que a licitante Recorrida Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, teria sido habilitada de forma inequívoca e ilegal, pois, de acordo com a Recorrente, a Recorrida teria descumprido os requisitos do edital, em especial, deixado de comprovar os quantitativos necessários, conforme item 9.4.2.1, referente ao descarte de resíduos classe I, da iluminação pública.

Em 07 de junho de 2021, a empresa licitante Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A (CNPJ nº 02.966.986/0001-84), apresentou Recurso Administrativo, via e-mail, sob o argumento de que a licitante Recorrida Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli,

teria sido habilitada de forma ilegal, pois, de acordo com a recorrente, a Recorrida teria descumprido os requisitos do edital, em especial, deixado de comprovar acervo técnico, no tocante à Telegestão e ao COS, conforme exigências do item 9.4.2.1 do edital.

A licitante Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli., apresentou contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela licitante Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A.

A licitante Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A., por sua vez, também apresentou contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela licitante Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli.

Instado a se manifestar sobre o referido Recurso Administrativo, este Órgão Consultivo via de um de seus componentes habilitados, emitiu parecer consultivo, exarando suas considerações, consoante se tem do Parecer Jurídico nº 898/2021/L.C., dado em 16 de junho de 2021.

O Secretário Municipal de Administração, decidiu por conhecer do recurso apresentado pela licitante Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, diante a tempestividade, porém dando total desprovisionamento, mantendo inalterada a condição de habilitada da empresa Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli.

Quanto ao recurso apresentado pela Recorrente Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli, pelo conhecimento, diante a tempestividade do recurso, e pelo seu provimento, reformando a decisão da CPL, declarando como inabilitada a proponente Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, por descumprir, em especial, ao item 9.4.2.1 do Instrumento Convocatório.

A Comissão de Licitação procedeu, então, a convocação da licitante habilitada, sendo ela **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI** (CNPJ/MF

15.984.883/0001-99), e demais interessados, para a Sessão Pública, Abertura e Julgamento de Proposta de Preços, a realizar no dia 17 de junho de 2021, às 09h00min.

Aos 17 dias de junho de 2021, às 09h00min, foi realizada sessão pública de recebimento das propostas, oportunidade em que os membros da Comissão de Permanente de Licitação atestaram a inviolabilidade dos envelopes de propostas de preços.

Ato contínuo o Presidente da CPL procedeu a abertura do envelope da licitante habilitada: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ/MF 15.984.883/0001-99) e franqueou o conteúdo dos envelopes, para vistas e apreciações, aos membros da CPL, realizando posteriormente a leitura dos preços ofertados.

Em análise dos documentos componentes da fase da sessão pública e do que registrado na respectiva ata, infere-se que os atos foram praticados na seguinte ordem: abertura dos envelopes de propostas de preços, com a consolidação da empresa vencedora, de acordo com o modo de adjudicação estabelecido no Instrumento Convocatório.

Finalizada a sessão, adveio por remessa a este Órgão Consultivo a íntegra do feito, para que se fizesse a presente análise quanto à legalidade dos atos até então praticados, para posterior adjudicação e homologação do certame.

Em síntese, é o relato do que basta.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. -NATUREZA E EXTENSÃO DO PRESENTE PARECER:

Cogente digressão inicial quanto à natureza e extensão do presente ato, com o fim de que reste direcionado e alertado ao Gestor sua autonomia decisória sobre eventuais ponderações/recomendações aqui destacadas, que impeçam ou eventualmente obstaculize o regular sequenciamento do feito.

Tem a referida atuação jurídica, quanto ao momento legal do presente procedimento, a incumbência de análise quanto à conformidade dos atos praticados durante todo o processo com as disposições legais e normativas incidentes.

É instrumento jurídico obrigatório que possui o condão de auxiliar no controle interno dos atos administrativos. Tem natureza consultiva, na medida em que a partir de seu conteúdo é que a Secretaria Municipal avaliará a extensão e gravidade de eventuais defeitos do processo ou sua integral conformidade com a legislação e, assim assessorado, bem defina o foco da Administração, quer pela homologação do certame, quer por outra medida que o torne sem efeito, observada a autotutela administrativa.

A extensão do presente é vinculada ao aspecto jurídico do processo administrativo, somente. Quer-se com isso dizer que nada que diga respeito à tecnicidade do objeto da contratação, bem assim a magnitude do que é licitado deva ser expedido juízo de valor jurídico, pressupondo ter o Gestor se municiado de toda capacidade técnica e conhecimentos específicos sobre o que é adquirido *latu sensu*, ao fim precípua de alcançar o interesse da Administração Pública.

Quanto ao ponto, necessária a reprodução da exigência legal do ato jurídico-opinativo que se deflagra, na forma contida na Lei Federal nº 8.666/93, mormente as disposições do artigo 38, inciso VI, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

Por assimetria legal, o mesmo se tem por exigência a orientação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO) explicitada na Instrução Normativa nº 010/2015, segundo a qual:

Art. 3º Os processos referentes aos procedimentos para contratação deverão conter, no que couber:

[...]

VI – Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

Nesta senda, o objeto do presente parecer fica circunscrito aos seguintes aspectos: a) instrução e formação do processo administrativo; b) motivação da pretensa contratação; c) regularidade do procedimento; d) adequação do conteúdo do Edital e seus anexos. Nesse enfoque, tecidas tais considerações, passamos à análise do processo epigrafado.

2.2. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO UTILIZADA:

O feito fora autuado na modalidade Concorrência, cujo objeto tem por enquadramento os exatos ditames da Lei Federal nº 8.666/93.

Consoante orientações do Tribunal de Contas da União, tal como previsto na legislação de regência, tem-se como definição da modalidade de licitação ora adotada como sendo “modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação que na fase de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital. É cabível em qualquer dos casos de licitação e valor estimado do objeto da contratação”¹.

¹ Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. 910 p.

Em análise à Concorrência em referência, infere-se ter sido adequada a modalidade aos fins colimados, dado que a previsão legal do artigo 23, inciso II, alínea "c" restou observada:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

Versa o procedimento sobre contratação de serviços de pavimentação asfáltica, aplicando-se o disposto no 7º e seguintes da Lei de Licitações e Contratos, que detém o seguinte teor:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente

com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

Quanto ao regramento acima disposto, a conclusão que se tem é a de cumprimento integral das regras do certame, não havendo previsão de circunstâncias vedadas pelo Estatuto de Licitações.

Em relação ao planejamento da demanda, infere-se ter restado delineado no certame todas as circunstâncias elucidativas da apuração da extensão executiva e financeira do serviço contratado, alinhando-se entre critérios referenciais de preço, duração da obra e custos, em atendimento ao disposto no artigo 8º, *caput* da LLC.

Art. 8º A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

Demais disto, o Termo de Referência encontra-se pormenorizadamente em simetria ao que previsto no artigo 12 da LLC, havendo abordagem quanto à definição dos critérios de segurança, funcionalidade e adequação ao interesse público, metodologias permissivas de alcance de economia na execução, conservação e operação, escora da demanda em normas técnicas, a possibilitar o escopo de facilitação da execução, conservação e operação do serviço, inclusive com a delimitação dos critérios de fornecimento dos materiais e insumos necessários à consecução da finalidade da contratação, prevendo, inclusive, distâncias estimadas para o transporte daqueles.

2.3. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE MENOR PREÇO GLOBAL:

No que é pertinente às regras do certame, verifico como adequado o seu conteúdo aos critérios de julgamento das propostas, tendo sido adotado o tipo menor preço global, como dispõe o artigo 45, §1º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/1993:

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

Consta dos autos, notadamente do Projeto Básico justificativa clara e precisa acerca da utilização da referida forma de julgamento da proposta, tendo a Administração se incumbido de esclarecer a inviabilidade de consecução do julgamento por item, por refletir em severo prejuízo ao caso.

2.4. DA FORMAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO:

2.4.1 – FASE INTERNA:

Em análise a Concorrência Pública em referência, verifico a presença clara dos atos que compõem a fase interna do procedimento, tendo sido previstos, quanto aos documentos necessários ao caso:

- Protocolo de autuação – nº 2021009854;
- Solicitação de Certidão de Existência Orçamentária;
- Decreto Municipal nº 01 de 01 janeiro de 2021, de nomeação do Secretário Municipal de Administração;

- Memorial Descritivo;
- Orçamento Básico;
- Composição dos Serviços;
- Composição do BDI – Materiais;
- Composição do BDI – Serviços;
- Cronograma;
- Tabela Referencial de Materiais – Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA – Novembro de 2020 - Desonerada;
- Tabela Referencial de Mão-de-obra – Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA – Novembro de 2020 - Desonerada;
- Tabela Referencial de Serviços – Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA – Novembro de 2020 - Desonerada;
- Tabela Referencial de Insumos – Caixa Econômica Federal - CAIXA – Fevereiro de 2021 – Desonerada;
- Orçamento – Empresa Elétrica Luz Comercial de Materiais Elétricos EIRELI – EPP – CNPJ nº 00.226.324/0001-42 – 12 de abril de 2021;
- Orçamento – Brasil Iluminação e Construção Ltda – CNPJ nº 17.435.476/0001-58 – 14 de abril de 2021;
- Orçamento 19 Led Comércio e Serviços Ltda – CNPJ nº 39.744.996/0001-85 – 09 de março de 2021;
- Mapa de Apuração de Preços;
- Tabela Referencial – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil 1 – Março de 2021;
- Contrato nº 034/2021 – Município de Catalão e MP INOVAÇÕES LTDA – CNPJ nº 29.994.897/0001-06;

- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – CREA/GO – 1020210075346;
- Declaração de inexistência no quadro de servidores municipais de Engenheiro Eletricista;
- Requisição do PRODATA (24022021; 24032021);
- Certidão de Existência de Dotação Orçamentária suficiente para custear as futuras despesas;
- Medida Cautelar nº 005/2020 – GABCSC;
- Memorando nº 184/2021;
- Acórdão nº 01400/2021;
- Aviso de Revogação do Pregão Presencial nº 067/2020;
- Comprovantes de publicação da revogação no Diário Oficial da União – DOU, Diário Oficial do Estado de Goiás – DOE e em Jornal de Grande Circulação;
- Projeto Básico, em que se detalhou o objeto, considerações, condições de participação, valor máximo estimado e o modo de adjudicação; justificativa da contratação; população que será beneficiada e os pontos estimados para substituição; documentação complementar para contratação; documentação técnica para habilitação no certame; apresentação de amostras; subcontratação; controle e fiscalização da execução; obrigações da contratante e da contratada; recebimento dos materiais, peças, equipamentos e serviços; visita técnica; termo de contrato e garantia contratual; acréscimo e/ou supressão dos serviços e alteração do projeto; medição, pagamento, reajustamento e emissão de nota; obrigações adicionais; multas e sanções;

- Despacho de Autorização do Secretário Municipal de Administração, Sr. Nelson Martins Fayad, para a instauração do presente procedimento licitatório;
- Termo de Abertura e autuação do processo;
- Decreto de Nomeação da Comissão de Licitação;
- Minuta do Edital da Concorrência Pública;
- Anexo I – Projeto Básico;
- Anexo II – Memorial Descritivo;
- Anexo III – Orçamento;
- Anexo IV – Composição dos serviços;
- Anexo V – Composição do BDI - Materiais;
- Anexo VI – Composição do BDI - Serviços;
- Anexo VII – Cronograma Físico – Financeiro;
- Anexo VIII – Modelo de Proposta;
- Anexo IX – Minuta do Contrato;
- Anexo X – Minuta da Portaria de fiscal e suplente de contrato;
- Anexo XI – Modelo de Procuração;
- Anexo XII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação;
- Anexo XIII – Modelo de Declaração de que não emprega menores;
- Anexo XIV – Declaração de enquadramento como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Anexo XV – Declaração referente ao artigo 9º, III da Lei nº 8.666/93;
- Anexo XVI – Modelo de Atestado de visita técnica;
- Anexo XVII – Modelo de Desistência de Visita Técnica;

- Anexo XVIII – Modelo de Declaração quanto à Apresentação de Documentos para assinatura do Contrato;
- Anexo XIX – Modelo de Declaração quanto à Prestação dos Serviços de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e anexos;
- Anexo XX – Modelo de Declaração quanto à fiscalização dos serviços;
- Anexo XXI – Modelo de Declaração de Responsabilidade;
- Anexo XXII – Modelo de Declaração de Informação de compromissos assumidos após o fechamento do balanço apresentado;
- Anexo XXIII Modelo de Declaração de estabilidade econômica e financeira.

Quanto aos elementos inerentes ao Instrumento Convocatório:

- Preâmbulo;
- Objeto;
- Visita técnica;
- Menção à legislação aplicável;
- Valor máximo estimado da contratação;
- Previsão de consulta, divulgação, esclarecimento e impugnação ao Edital;
- Garantia de Manutenção da proposta e garantia contratual;
- Previsão das condições de participação;
- Forma de apresentação dos envelopes de habilitação e proposta de preços;
- Credenciamento do representante;
- Documentos de habilitação;
- Proposta de preços;

- Previsão da etapa de abertura dos envelopes, julgamento e classificação das propostas;
- Exame da documentação;
- Exame da proposta de preços;
- Resultados de cada fase;
- Forma de pagamento;
- Forma de execução dos serviços;
- Garantia dos serviços;
- Das penalidades e sanções administrativas;
- Controle e fiscalização da execução;
- Da concorrência;
- Disposições gerais.

As demais cláusulas do instrumento convocatório e de seus anexos atendem aos preceitos legais da Lei Geral de Licitações.

Desta forma, portanto, satisfeitas as obrigações de lei quanto aos elementos essenciais do processo em sua formação – fase preparatória, inexistente óbice, na fase interna que impeça a conclusão do feito.

2.4.2 – FASE EXTERNA:

Iniciada a fase externa da Concorrência Pública epigrafada com a divulgação do Instrumento Convocatório e seus componentes anexos no dia 27 de abril de 2021 junto ao mural físico da Prefeitura de Catalão e em seu sítio eletrônico, no Diário Oficial da União – seção 3 – N.º 76, Diário Oficial do Estado de Goiás sob o n.º 23.538, no Jornal Diário do Estado (Jornal de grande circulação), bem como registrado no TCM/GO (recibo: 862abe86-ba83-4477-aa0c-5a7eabc019f1), percebe-se ter restado observado o prazo estabelecido em lei para a Sessão de Abertura, propostas e habilitação.

Nestes termos, prescreve a Lei 8.666/93 em seu artigo 21 e seguintes:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

§ 1º O aviso publicado conterà a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I - quarenta e cinco dias para

a) concurso;

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"

II - trinta dias para:

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior;

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou leilão;

IV - cinco dias úteis para convite.

§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Assim, considerando que a data da publicação do Edital ocorreu no dia 27 de abril de 2021, e a data da efetiva sessão definida no Instrumento Convocatório para 31 de

maio de 2021, temos respeitado o prazo mínimo acima elucidado, de 30 (trinta) dias entre a última data de publicação² e apresentação das propostas.

Na sessão de abertura, os licitantes compareceram munidos da documentação de habilitação e proposta de preços, na forma definida em Lei (8.666/93) e contida no Instrumento Convocatório.

No certame, participaram 02 (duas) empresas, quais sejam:

EMPRESA	CNPJ/MF	REPRESENTANTE
ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	15.984.883/0001-99	HELÍCIO DA SILVA PINTO (CPF: 591.296.201-63)
CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A	02.966.986/0001-84	WILLIAN GUIMARAES PANSINI (CPF: 122.670.277-55)

Neste momento, o Presidente da CPL decidiu pela habilitação das empresas: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ/MF 15.984.883/0001-99) e CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A (02.966.986/0001-84).

Em 03 de junho de 2021, a empresa licitante Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli (CNPJ nº 15.984.883/0001-99), apresentou Recurso Administrativo, via e-mail, sob o argumento de que a licitante Recorrida Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, teria sido habilitada de forma inequívoca e ilegal, pois, de acordo com a Recorrente,

² Lei nº 8.666/93 - Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: [...] § 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

a Recorrida teria descumprido os requisitos do edital, em especial, deixado de comprovar os quantitativos necessários, conforme item 9.4.2.1, referente ao descarte de resíduos classe I, da iluminação pública.

Em 07 de junho de 2021, a empresa licitante Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A (CNPJ nº 02.966.986/0001-84), apresentou Recurso Administrativo, via e-mail, sob o argumento de que a licitante Recorrida Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli, teria sido habilitada de forma ilegal, pois, de acordo com a recorrente, a Recorrida teria descumprido os requisitos do edital, em especial, deixado de comprovar acervo técnico, no tocante à Telegestão e ao COS, conforme exigências do item 9.4.2.1 do edital.

A licitante Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli., apresentou contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela licitante Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A.

A licitante Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A., por sua vez, também apresentou contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela licitante Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli.

Instado a se manifestar sobre o referido Recurso Administrativo, este Órgão Consultivo via de um de seus componentes habilitados, emitiu parecer consultivo, exarando suas considerações, consoante se tem do Parecer Jurídico nº 898/2021/L.C., dado em 16 de junho de 2021.

O Secretário Municipal de Administração, decidiu por conhecer do recurso apresentado pela licitante Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, diante a tempestividade, porém dando total desprovimento, mantendo inalterada a condição de habilitada da empresa Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli.

Quanto ao recurso apresentado pela Recorrente Elétrica Radiante Materiais Elétricos Eireli, pelo conhecimento, diante a tempestividade do recurso, e pelo seu

provimento, reformando a decisão da CPL, declarando como inabilitada a proponente Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, por descumprir, em especial, ao item 9.4.2.1 do Instrumento Convocatório.

A Comissão de Licitação procedeu, então, a convocação da licitante habilitada, sendo ela ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ/MF 15.984.883/0001-99), e demais interessados, para a Sessão Pública, Abertura e Julgamento de Proposta de Preços, a realizar no dia 17 de junho de 2021, às 09h00min.

Aos 17 dias de junho de 2021, às 09h00min, foi realizada sessão pública de recebimento das propostas, oportunidade em que os membros da Comissão de Permanente de Licitação atestaram a inviolabilidade dos envelopes de propostas de preços.

Ato contínuo o Presidente da CPL procedeu a abertura do envelope da licitante habilitada: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ/MF 15.984.883/0001-99) e franqueou o conteúdo dos envelopes, para vistas e apreciações, aos membros da CPL, realizando posteriormente a leitura dos preços ofertados.

Procedidas às análise dos documentos componentes da fase da Sessão de Abertura e do registro da respectiva Ata, infere-se que os atos foram praticados na seguinte ordem: declaração de atendimento e da entrega dos envelopes; e derradeiramente, abertura dos envelopes contendo a documentação de "Propostas de Preços" da empresa declarada vencedora.

Quanto à conformidade das propostas apresentadas, restou por consolidado pelo Presidente da Comissão de Licitação como vencedora a empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ/MF 15.984.883/0001-99).

VENCEDORA	CNPJ/MF	REPRESENTANTE
-----------	---------	---------------

ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	15.984.883/0001-99	HELÍCIO DA SILVA PINTO (CPF: 591.296.201-63)
--	--------------------	---

Ressalta-se que restou verificado a conformidade e aceitabilidade da melhor proposta em face do valor estimado a partir dos valores definidos pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil (SINAPI), conforme tabelas e planilhas acostadas aos autos.

Diante do exposto e considerando que a fase de habilitação encontra-se regular, com a apresentação de toda documentação pertinente, na forma do que exigido pelo Edital de licitação em referência, não há óbice quanto à posterior celebração de contrato de Empresa para Execução de serviços com fornecimento de materiais para melhoria, efficientização e modernização da iluminação pública de ruas e avenidas do Município de Catalão, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Projeto Básico e anexos ao Instrumento Convocatório com o Poder Público executivo local, via da Secretaria Municipal de Administração, dado que foram apresentadas as documentações de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômica.

Diante de todas as tecidas considerações, compreende este Órgão Jurídico inexistir impedimentos quaisquer à **homologação** do certame, após o julgamento e adjudicação, concluindo pela validade dos atos praticados no bojo do presente processo licitatório.

Nesta esteira, factível à Autoridade Superior que manifeste seu juízo de conveniência e oportunidade acerca do feito, podendo encerrar o processo com o ato de homologação do certame, admitindo-se, de consequência, a possibilidade de contratação, como determina a Lei 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

Deve-se ressaltar que, de acordo com os entendimentos do Tribunal de Contas da União, a homologação:

Homologação é ato que ratifica todo o procedimento licitatório e confere aos atos praticados aprovação para que produzam os efeitos jurídicos necessários. Adjudicação é ato pelo qual a Administração atribui ao licitante vencedor o objeto da licitação. Homologar licitação é ato intransferível e indelegável. Cabe exclusivamente à autoridade competente para esse fim. Adjudicar o objeto da licitação é ato praticado geralmente pela autoridade competente ou responsáveis pela licitação ou por outro servidor designado para esse fim. Cabe a autoridade competente pela homologação verificar a legalidade dos atos praticados na licitação e a conveniência da contratação do objeto licitado para a Administração.

[...]

Adjudicação e homologação não conferem ao licitante vencedor direito a execução do objeto. Esses atos geram apenas expectativa de direito, que somente serão confirmados com assinatura do contrato. Após homologada a licitação pela autoridade competente e adjudicado o objeto ao licitante vencedor, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, no prazo estabelecido no ato convocatório. (Brasil. Tribunal de Contas da

União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU /Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010).

3. CONCLUSÃO

De tudo o que se expôs, esta Procuradoria Jurídica do Município de Catalão/GO orienta, via do procurador que este a subscreve, pela viabilidade jurídica quanto à **HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA EPIGRAFADO**, com supedâneo na Lei Federal nº 8.666/93, a favor de ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ/MF 15.984.883/0001-99), que apresentou o menor preço global.

ALERTO que a documentação comprobatória do registro junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO sobre o certame é documento obrigatório a instruir o feito, conforme previsão, inclusive, da Instrução Normativa 010/2015, art. 2º, *caput*, mostrando-se cogente o cumprimento de referido dispositivo para o atendimento da plena legalidade quanto à instrução do processo. Ademais, oriento que a contratação deverá ser precedida do registro no TCM/GO, devidamente comprovado por meio do extrato de registro a ser anexado ao processo.

SOLICITO, por derradeiro, a remessa do presente feito à Comissão Permanente de Licitação, afim de que tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo de acordo com a praxe local.

É o parecer. S.M.J.

Catalão (GO) aos, 17 de junho de 2021.


João Paulo de Oliveira Marra
Procurador-Chefe Administrativo
OAB/GO 35.133